



A dimensão multiescalar do Desenvolvimento Regional

Virginia Elisabeta Etges¹

Luiza Regina Etges²

Resumo: O processo de globalização, em que o local, o regional e o global se recompuseram, traz à tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e também o esclarecimento de sua relevância como instância particular de análise, que se situa entre o local e o global. Uma determinada região é parte de uma totalidade social, por isso é importante o estudo da sua gênese, movimento e contradições. Isso significa que não se pode tratar do processo de regionalização do território de forma isolada das outras manifestações sociais. A sua compreensão num dado período histórico pressupõe a compreensão do desenvolvimento do conjunto dessa época.

Palavras Chave: globalização, regionalização, localismo, desenvolvimento regional.

Introdução

A dimensão territorial dos processos de desenvolvimento vem sendo reconhecida por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Da mera aplicação de modelos matemáticos generalizantes avança-se para a compreensão do significado dos arranjos territoriais particulares, que configuram a diversidade presente no território.

A dimensão da particularidade se manifesta no território por meio da região, a qual se origina de formações sócio espaciais que expressam características políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais também particulares, configuradas ao longo do tempo, nas diversas porções da superfície terrestre.

Discutir o conceito de região, sua origem e os novos significados adquiridos ao longo do tempo, torna-se indispensável para o avanço das discussões no campo do desenvolvimento regional. Para tanto, buscou-se referências nas obras de Sandra Lencioni, Milton Santos e Carlos Brandão para compreender o significado de região no contexto da Geografia, bem como caracterizar o processo de globalização e sua repercussão na configuração do território.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo, docente do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul e Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – UNISC e bolsista de Iniciação Científica do CNPq



Assim, compreender a dimensão multiescalar que permeia a discussão do desenvolvimento regional, colocando a escala regional em destaque, é o desafio a que nos propomos neste trabalho.

O conceito de região

A palavra região, segundo Lencioni (2005), é conhecida desde a Antiguidade, caracterizada por inventários e pela intimidade entre o sagrado, o mítico e o real. Essa palavra aparece com destaque nos estudos sobre as diferenças e os contrastes da superfície da Terra, denominado pelos gregos de estudo corográfico. A Estrabão (63 a.C.-25 d.C.) é creditado o primeiro estudo regional, tendo como referência os territórios conhecidos na época.

Gomes (2000) afirma que a palavra região deriva do latim *regere*, que nos tempos do Império Romano designava áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. Desta forma, os mapas que representavam o Império Romano eram preenchidos pela nomenclatura destas regiões que representavam a extensão espacial do poder de Roma, onde os governadores locais dispunham de alguma autonomia, em função mesmo da diversidade de situações sociais e culturais, mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma.

Com o esfaleçamento do Império Romano e a ascensão do poder autônomo dos feudos na Idade Média, também a Igreja reforçou este tipo de divisão do espaço, utilizando o tecido dessas unidades regionais como base para o estabelecimento de sua hierarquia administrativa.

Ainda de acordo com GOMES (2000), o surgimento do estado moderno na Europa no século XVIII recolocou o problema dessas unidades regionais, promovendo a união regional em face a um inimigo comercial, cultural ou militar externo. Fundamentalmente, a questão que se recoloca é a mesma que deu origem ao conceito de região na Antiguidade Clássica, ou seja, a questão da relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual esse poder centralizado deveria ser exercido.

Foi esse período da formação dos Estados Modernos que fez surgir um campo disciplinar especificamente geográfico.



O pensamento científico moderno, inspirado na filosofia iluminista e no idealismo alemão, revolucionou a forma de analisar e interpretar a natureza e a sociedade. O conhecimento geográfico se conformou como ciência no momento em que – sob a inspiração iluminista, com sua visão de mundo assentada na razão e na experimentação – buscou a formulação de teorias e conceitos gerais que possibilitaram a construção de generalizações e abstrações. Com a perspectiva idealista questionando a razão infinita e demonstrando seus limites, valorizou-se o particular. (LENCIONI, 2005, p. 188).

Foi com Paul Vidal de La Blache (1845-1918) que os estudos regionais adquiriram destaque, com ênfase nas monografias regionais, em que a superfície terrestre era entendida como um grande mosaico de regiões, a serem identificadas e descritas pelos geógrafos, em que a região se colocava como objeto de estudo *a priori*.

Para Alfred Hettner (1859-1941) a essência da Geografia está no estudo das diferenciações de áreas da superfície terrestre, afirmando a vertente corológica da disciplina, ou seja, o estudo regional. Não existem regiões pré-definidas, elas resultam das interrelações de fenômenos que o pesquisador seleciona, fazendo com que a região se constitua no final do processo de investigação.

Hettner e La Blache afirmam o estudo regional, porém com concepções de região diametralmente opostas. Enquanto para La Blache a região se evidencia na paisagem, para Hettner ela não é auto-evidente. Os limites regionais são provenientes de um exercício intelectual, uma construção intelectual do pesquisador. (LENCIONI, 2005, p. 190).

A crítica à perspectiva neokantiana de Hettner e seus discípulos, destacadamente a Hartshorne, veio sobretudo dos geógrafos influenciados pelo positivismo lógico, convictos da neutralidade da ciência e da necessidade de rigor científico e de universalidade, de homogeneização de procedimentos e de unidade, não só em relação à linguagem, mas também quanto ao método, características que acabaram tornando-se os principais parâmetros da Geografia sob a perspectiva do positivismo lógico. “Essa Geografia de posição anti-historicista significou a abolição de toda ideia de processo, de gênese e de origem e a desconsideração dos marcos sociais em que se desenvolvem os fenômenos.” (LENCIONI, 2005, p. 191).

Em meados do século XX a Geografia entra em crise tendo como fator responsável a falta de leis gerais, ou de outra forma de generalização.

Durante as décadas de 1960 e 1970 a perspectiva do positivismo lógico torna-se hegemônica, traduzida no uso da linguagem matemática e estatística. Os procedimentos científicos deveriam partir de teorias, formulando hipóteses e, em seguida, proceder à observação.



Por intermédio dos modelos matemáticos aplicados à Geografia buscou-se encontrar uma ordem no real, uma lógica na organização do espaço. A possibilidade de estimar projeções, de fazer prognósticos generalizáveis trona-se então factível. Por isso é que, nesse momento, desvendar a ordem subjacente do espaço e estimar projeções aproximou a Geografia do planejamento. Em particular, estabeleceu-se uma íntima relação entre os estudos regionais e o planejamento regional. Como decorrência, a região se tornou um instrumento técnico-operacional, a partir do qual se procurou organizar o espaço. (LENCIONI, 2005).

A tradicional descrição geográfica revestiu-se de novo significado e passou a relacionada à classificação entendida como agrupamento de objetos em classes segundo semelhanças [...] Nesse sentido regionalizar passou a significar classificar regiões. Na análise regional, utilizou-se a teoria geral dos sistemas, tentando resolver várias questões, como a delimitação funcional da região, a definição da escala regional e a coeção do conteúdo regional. Menos importante era reconhecer ou determinar as regiões historicamente definidas; mais relevante era classificar as regiões, hierarquizá-las e verificar suas relações funcionais. Na linguagem geográfica se vulgarizou a expressão subespaço para se referir à região. [...] Acima de tudo, essa perspectiva se definiu como ciência do espacial. O interesse pelas particularidades colocou-se em último plano, interessando mais as regularidades espaciais. (LENCIONI, 2005, p. 192).

À região é reservado um caráter de classificação, agrupamento, subsidiado por técnicas estatísticas sofisticadas de laboratório e por uma linguagem amparada por grandes teorias e, por conseguinte, afastada do trabalho de campo. É nesse contexto a possibilidade de classificar as regiões em homogêneas, funcionais ou polarizadas.

À medida em que as críticas à influência do positivismo lógico na Geografia se avolumaram, outras correntes de pensamento, como a fenomenologia e o marxismo passam a acentuar a preocupação com o caráter social da Geografia, fazendo surgir uma nova Geografia Regional.

A fenomenologia prioriza a percepção e entende que qualquer ideia prévia que se tenha da natureza dos objetos deve ser abolida. Acredita que toda disciplina deve questionar a essência que funda o objeto de sua investigação científica afirmando o mundo vivido como possibilidade de viver a experiência sensível e de poder simultaneamente pensá-la de forma racional. [...] Portanto, por meio do percebido é que o homem se põem em contato com os objetos exteriores, e não do concebido, ou seja, não de ideias prévias, de ideias preconcebidas ou de conceitos elaborados. (LENCIONI, 2005, p. 193)

Recuperou-se a vertente historicista da Geografia, à medida que a região passou a ser considerada como um produto da história e da cultura. Por meio de induções sucessivas, procurou-se compreender como se constitui o sentimento que os homens têm de pertencer a



uma determinada região. A região passou a ser vista não como uma realidade objetiva, pelo contrário, ela foi concebida como construção mental, individual, mas também submetida à subjetividade coletiva de um grupo social. (LENCIONI, 2005, p. 194)

A perspectiva marxista na Geografia destacou outros aspectos da realidade, entre eles a recuperação da perspectiva histórica na análise geográfica por meio da afirmação de que a relação do homem com a natureza e com os outros homens é intrinsecamente social e histórica. Essa perspectiva histórica se traduziu em pesquisas geográficas que buscavam desvendar a gênese dos processos, conduzindo a uma série de estudos sobre a própria história da Geografia. (LENCIONI, 2005, p.195)

A perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes do pensamento geográfico, concebu a região como parte de uma totalidade. A diferença agora residia no fato de que essa totalidade não era mais concebida nem como uma totalidade orgânica ou lógica, nem como uma totalidade harmônica. Foi concebida como uma totalidade histórica. A preocupação passou a ser a denúncia das injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo. Assim, a Geografia regional sob inspiração marxista trouxe grandes contribuições ao desenvolvimento da análise regional, tendo introduzido novas categorias de análise para o estudo regional. (LENCIONI, 2005)

Nesta perspectiva teórico-metodológica, destaca-se a apreensão dos fenômenos em sua processualidade e totalidade, como sínteses de múltiplas determinações instituídas no transcurso histórico e que se formam e transformam no esteio das contradições engendradas na relação entre o homem e a natureza.

Lukács (1967) propõe que, para uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade, devem ser explicitados os nexos existentes entre as dimensões singular, particular e universal dos fenômenos, tendo em vista a apreensão dos fenômenos para além de sua aparência imediata, em direção à essencialidade concreta.

A essência do fenômeno não está posta explicitamente em sua manifestação sensível, não se revelando de modo imediato, mas sim pelo desvelamento de suas mediações e de suas contradições internas, afirma Kosik (1976).

Na lógica dialética a mediação não é pensada como produto ou resultado, nem como soma, homogeneização ou equilíbrio. A mediação deve ser pensada como processo, que tem por referência a diferença, a heterogeneidade e o desequilíbrio. (ALMEIDA, 2001).

A categoria *mediação* é fundamental por estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade. A totalidade existe nas e através das mediações, pelas quais as partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas, numa série de determinações recíprocas que se modificam constantemente. (MASSOM, 2012)



Uma determinada região é parte de uma totalidade social, por isso é importante o estudo da sua gênese, movimento e contradições. Isso significa que não se pode tratar do processo de regionalização do território de forma isolada das outras manifestações sociais. A sua compreensão num dado período histórico pressupõe a compreensão do desenvolvimento do conjunto dessa época.

Nesse contexto, a busca por novos caminhos de análise na Geografia surgiu no momento em que o local, o regional e o global se recompuseram diante da recente reestruturação do capitalismo. Com o processo de globalização essa reestruturação traz à tona o questionamento da pertinência da escala de análise regional e também o esclarecimento de sua relevância como instância particular de análise que se situa entre o local e o global.

O significado do “localismo” no contexto da globalização

É cada vez mais frequente entre pesquisadores da área do desenvolvimento regional a compreensão do *local* e do *regional* como sinônimos. No nosso entender isso tem levado a sérios equívocos na interpretação da realidade, uma vez que se trata de duas dimensões de abordagem que devem ser devidamente esclarecidas.

Segundo Brandão (2008), muitas questões da economia política e da geografia crítica são negligenciadas, por vezes, em grande parte da literatura sobre a temática da dimensão territorial do processo de desenvolvimento. Avalia que hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos são reforçadas em todas as escalas espaciais e as determinações mais gerais do movimento da acumulação de capital estão cada dia mais explícitas, inclusive em sua manifestação territorial.

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, portanto envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental. É fundamental que esse processo transformador seja promovido



simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc.) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global, etc.), robustecendo a autonomia de decisão e ampliando o raio de ação dos sujeitos concretos produtores de determinado território. (BRANDÃO, 2008, p. 3)

Grande parte destes autores exagera na capacidade endógena de um local engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento sócio econômico, replicar as características virtuosas de outros casos e, dessa forma, acaba por subestimar os enormes limites colocados à regulação local. “Exaltam os sistemas de cooperação e as redes de compromisso armadas no local, com grande unidade de propósitos e lealdade entre os agentes inseridos em uma coletividade consorciada.” (BRANDÃO, 2010, p. 2).

Esta “endogenia exagerada” dos lugares, continua o autor, crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem autocontrole sobre seu destino e procura promover sua *governança* virtuosa lugareira. Classes sociais, ação pública, hegemonia, etc., seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado.

Neste contexto o “local pode tudo”, e frente à crescente “sensibilidade do capital às variações do lugar”, bastaria se mostrar diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade e eficiência, para ter garantida a sua inserção na modernidade.

Muitos proclamam que bastaria cumprir as “exigências” da globalização, deste novo imperialismo da partilha dos “lugares eleitos”, se ajustando, adaptando e submetendo a essa “fatalidade”, para se tornar um espaço receptivo e conquistar a confiança dos agentes econômicos mais poderosos. (BRANDÃO, 2010)

Esta crença na possibilidade de consolidar um novo padrão de desenvolvimento, construído totalmente no âmbito local, surge no contexto de avanço do processo de globalização, em que a escala local passa a ser instrumentalizada pelos interesses do poder econômico transnacional globalizado.

Milton Santos (2003) afirma que nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabeleceu como regra. Agora, a competitividade toma o seu lugar. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar. A competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição. “A competitividade é uma espécie de guerra em que



tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência.” (SANTOS, 2003, p. 28)

A política agora é feita no mercado, afirma o autor. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não têm preocupações éticas, nem finalísticas. Dir-se-á que, no mundo da competitividade, ou se é cada vez mais individualista, ou se desaparece. Então, a própria lógica de sobrevivência da empresa global sugere que funcione sem nenhum altruísmo.

Nas condições atuais, e de um modo geral, estamos assistindo à não-política, isto é, à política feita pelas empresas, sobretudo as maiores. Quando uma grande empresa se instala, chega com suas normas, quase todas extremamente rígidas. Como essas normas rígidas são associadas ao uso considerado adequado das técnicas correspondentes, o mundo das normas se adensa porque as técnicas em si mesmas também são normas. [...] Cada técnica propõe uma maneira particular de comportamento, envolve suas próprias regulamentações e, por conseguinte, traz para os lugares novas formas de relacionamento. O mesmo se dá com as empresas. É assim que também se alteram as relações sociais dentro de cada comunidade. Muda a estrutura do emprego, assim como as outras relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar, afetando igualmente o orçamento público, tanto na rubrica da receita como no capítulo da despesa. Um pequeno número de grandes empresas que se instala acarreta para a sociedade como um todo um pesado processo de desequilíbrio. (SANTOS, 2003, p. 34)

Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim, o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe esse nexos das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade, já fortemente implantada no Brasil, ainda que sua dimensão não tenha sido adequadamente avaliada. À medida que os institutos encarregados de cuidar do interesse geral são enfraquecidos, com o abandono da noção e da prática da solidariedade, estamos, pelo menos a médio prazo, produzindo as precondições da fragmentação da desordem, claramente visíveis no país, por meio do comportamento dos territórios, isto é, da crise praticamente geral dos estados e dos municípios, afirma Santos (2003).

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização, afirma Santos. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.



Numa situação de extrema competitividade como esta em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas.

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual, tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. “Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social.” (SANTOS, 2003, p.41)

Esse novo poder das grandes empresas, cegamente exercido, é, por natureza, desagregador, excludente, fragmentador, sequestrando autonomia ao resto dos atores. Nessas condições, a tendência é a prevalência dos interesses corporativos sobre os interesses públicos, quanto à evolução do território, da economia e das sociedades locais. “Dentro desse quadro, a política das empresas – isto é, sua *policy* – aspira e consegue, mediante uma *governance*, tornar-se política; na verdade, uma política cega, pois deixa a construção do destino de uma área entregue aos interesses privatísticos de uma empresa que não tem compromissos com a sociedade local.” (SANTOS, 2003, p.52)

Este é, portanto, o contexto que justifica a ênfase no local, entendido como escala mais vulnerável, frágil e submissa aos interesses do mercado globalizado.

Os estudos localistas avaliam as vantagens aglomerativas e de proximidade como fontes de conhecimento, enraizadas naquele território singular, criando, com suas investigações, listas dos ativos, capacitações, normas, rotinas e hábitos específicos do local. Muitos desses trabalhos, entretanto, negligenciam que o comando maior destes processos está fora do espaço sob análise, afirma Brandão (2010).

Além disso, segundo essa literatura, nesse ambiente portador do “novo desenvolvimento”, o esforço cívico e o engajamento solidário-associativista passam ao largo de um Estado, que se apresenta apenas como um “voyeur” das vontades de produzir vantagens comparativas e sinergias localizadas e, por vezes, de alguma rede de filantropia para os excluídos do processo de “seleção natural”. Dessa forma, os locais “se transformam em ofertantes de plataforma e de “meio ambiente” para atrair investimentos, não importando sua articulação com sua própria hinterlândia.” (BRANDÃO, 2010, p. 5).



Como o desenvolvimento não transborda, não entorna, não derrama, ele precisa ser arrancado, tirado à força, destruindo privilégios. Assim, realizar a gestão de projeto desenvolvimentista significa, em qualquer escala, “mexer com caixas de vespas”, “colocar o dedo nas feridas”, não tampar as feridas ou colocar analgésicos, mas tensionar permanentemente. É distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as esferas de poder uma pressão tão potente quanto o é a pressão das forças que perenizam o subdesenvolvimento. (BRANDÃO, 2010, p. 8).

Coloca-se então a pergunta: o que é uma região? Para Limonad (2015, p. 60), a despeito de todas as adjetivações que a acompanham e perseguem, a região é antes de qualquer coisa uma construção social que atende interesses políticos precisos. “A região constrói-se a partir da ação de distintos agentes em múltiplas escalas articuladas que de certa forma encontram um rebatimento em práticas e processos sócio espaciais histórica e geograficamente localizados, o que permite a Silveira (1999:386) salientar que o local e o global se afirmam e se negam dialeticamente na região.”

Uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender às necessidades impostas por uma política setorial, uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional, destaca a autora. As regionalizações possíveis para um mesmo território, espaço social, podem apresentar variações em função da finalidade a que se propõem a atender e poderão estar pautadas em modelos neoclássicos de localização, ou ainda ter por base concepções variadas, desde as regiões funcionais até as regiões polarizadas.

De acordo com Correa (1997), a diferenciação de áreas, resultante tanto de processos da natureza como de processos sociais, constitui-se na base da possibilidade de se poder falar em região. Mas a diferenciação de áreas não está associada à ideia de singularidade, que entendemos vincular-se ao conceito de local, mas sim à ideia de particularidade, isto é, uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do universal). Citando Lukács, afirma que a particularidade, com relação ao singular, representa uma universalidade relativa e, com relação ao universal, uma singularidade relativa. Assim, entende-se que a particularidade traduz-se, no plano territorial, na região.



Considerações Finais

As lógicas universais e singulares, passam a refletir combinações particulares que, ao se concretizarem, o fazem de modo distinto, criando e sustentando as diversidades. É assim que as forças universais se defrontam com as resistências da formação sócio espacial. Essa é a dialética em questão, que se constrói por meio do confronto e da síntese entre essas racionalidades, nas quais a ação universalizante passa pela incontestável mediação das formações sócio espaciais.

Trata-se de uma dialética caracterizada por continuidades, descontinuidades e rupturas, posto que o contato entre lógicas universais e lógicas singulares, por vezes convergentes, por vezes divergentes, ou pela co-presença de ambos os processos, produz particularidades, cujas combinações são igualmente únicas.

Não há dúvida que, do ponto de vista político-administrativo, regiões podem ser definidas e mapeadas sem grandes problemas. No entanto, uma região, para que exista de fato, segundo Boisier (1999), tem que ser construída socialmente, a partir de laços comuns, de traços de identidade que se expressam no âmbito do cultural, do econômico e do político, que permitam vislumbrar desafios comuns à comunidade envolvida. Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e definitivamente passiva, em outra, organizada, coesa, consciente de sua identidade, capaz de mobilizar-se em torno de projetos políticos comuns, ou seja, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Referências

- ALMEIDA, J. L.V. **Tá na rua: representações da prática dos educadores de rua**. São Paulo: Xamã, 2001.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. In: **Revista REDES**, Universidade de Santa Cruz do Sul, vol.4, n.1, jan/abr de 1999.
- BRANDÃO, Carlos. Modo Transescalar de Análise e de Intervenção Pública: notas para um manifesto anti-localista. **X Encontro Nacional da ANPUR**, Belo Horizonte, 2010.
- BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador, Editora da UFBA, 2008.
- CORREA, R. L. **Trajétórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.



GOMES, P.C.C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO et al. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**, 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LENCIONI, S. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F. **Novos Caminhos da Geografia** (Org.) 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2005.

LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. Brasil, **Século XXI – por uma nova regionalização?** Processos, escalas, agentes. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015

LUKACS, G. **Existencialismo ou Marxismo**. Editora Senzala, 1967.

MASSOM, G. **As contribuições do método Materialista Histórico e Dialético para a pesquisa sobre Políticas Educacionais**. Anais IX ANPED Sul, 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n.54, p.81-99, jun.1977.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização** - do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização** – do Pensamento Único à Consciência Universal. 10. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.